

Safra Leasing SA - Arrendamento Mercantil

Avenida Brasil, 78 - Poá - SP

CNPJ nº 62.063.177/0001-94

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativos aos períodos findos em 30 de junho de 2016.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia brasileira no segundo trimestre de 2016 permaneceu enfraquecida. O PIB contraiu 0,3% no primeiro trimestre e o mercado de trabalho continuou se deteriorando, com a taxa de desemprego alcançando 11,3% em junho. A inflação seguiu em processo de desaceleração, com o acumulado em doze meses caindo de 4,4% em final de março para 8,8% no final de junho de 2016. Esse movimento se deve tanto à decompressão dos preços administrados, depois de forte ajuste sofrido no ano passado, quanto à queda no ritmo da atividade econômica, que se reflete na redução dos reajustes de preços de serviços, e quanto à apreciação do câmbio

ATIVO				
		Notas	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE			16.018.673	15.029.591
Disponibilidades	3(b) e 4		3.913	4.233
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros	3(c) e 5	11.973.662	10.381.748	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.028.311	4.594.958	
Carteira própria	3(d) e 6	4.025.163	4.593.310	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	3.148	1.648	
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(6.599)	31.570	
Operações de arrendamento a receber		383.562	286.885	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(357.698)	(245.741)	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(32.463)	(9.574)	
Outros créditos - Diversos	8	18.390	16.066	
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		996	1.016	
NÃO CIRCULANTE			3.603.791	3.719.129
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			1.009.497	1.644.062
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros	3(c) e 5	50.583	10.830	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		900.603	1.550.032	
Carteira própria	3(d) e 6	899.172	1.545.576	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	1.431	4.456	
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(6.963)	42.110	
Operações de arrendamento a receber		404.686	382.679	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(377.398)	(327.798)	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(34.251)	(12.771)	
Outros créditos - Diversos	8	65.274	39.580	
Outros valores e bens - Bens não de uso	3(f)	-	1.510	
INVESTIMENTOS - Participações em coligadas no país	3(g)		5	4
IMOBILIZADO DE USO - Outras imobilizações de uso	3(h)		45	63
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	3(f-III) e 7	2.594.244	2.075.000	
Bens arrendados		2.993.078	2.431.006	
(Depreciações acumuladas)		(398.834)	(356.006)	
TOTAL DO ATIVO			19.622.464	18.748.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO - NOTA 12

(em milhares de reais)					
	Capital realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
SALDO S EM 1º DE JANEIRO DE 2015	384.205	569.886	-	954.091	
Lucro líquido no período	-	-	46.732	46.732	
Destinações:					
Reserva especial	-	46.732	(46.732)	-	
Dividendos	-	(492.842)	-	(492.842)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	384.205	123.776	-	507.981	

SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016	384.205	155.079	-	539.284	
Lucro líquido no período	-	-	29.779	29.779	
Destinações:					
Reserva especial	-	29.779	(29.779)	-	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	384.205	184.858	-	569.063	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - CONTEXTO OPERACIONAL					
---------------------------------	--	--	--	--	--

A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil. A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como companhia aberta para negociação de títulos valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão organizado (Categoria B nos termos da Instrução CVM nº 480/2009).

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28.07.2016, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que forem aplicáveis. **b) Moeda funcional da Companhia** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apreciação do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Fluxos de Caixa** - J- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo - operações compromissadas com lastro em títulos públicos e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II - Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa divididos pela entidade em aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que: • Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. Inclui as captações efetuadas para financiar operações de intermediação financeira e outras atividades operacionais típicas de instituições financeiras; • Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, tais como as aplicações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento; e • Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos de operações de arrendamento mercantil são consideradas pelo método do valor presente financeiro.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez - Demonstrações pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata temporis". **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("acrescidos") são reconhecidos na demonstração do resultado e as variações de valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Safra, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para administrar a exposição global de risco são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **e) Mensuração do valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando a efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A mensuração de valor de mercado está de acordo com a Resolução CMN nº 4.277/2013, quanto aos requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. **f) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados no amparo da Portaria MF nº 1401/984 do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: I - Arrendamentos a Receber e Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil. Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. II - Imobilizado de Arrendamento. É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução são as seguintes: (i) veículos e afins - 20%; (ii) máquinas e equipamentos e outros bens - 10% a 20%; e (iii) aeronaves - 10% a 20%, sendo que 10% para aeronaves utilizadas pelo piloto e 20% para executivo e 20% avião convencional, bimotor, monomotor e multimotor. III - Valor residual garantido – VRG. O VRG é registrado pelo valor contratual, em contrapartida a conta retribuidora de valor residual a balancear. As parcelas de VRG recebidas antecipadamente são registradas na rubrica Outras obrigações – Credores por antecipação de valor residual - VRG. IV - Perdas em Arrendamentos. Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados, quando efetuados aos próprios arrendatários, são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens, deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento. V - Superveniência (insuficiência) de depreciação. Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência de acordo com a Circular BACEN nº 1.428/1989, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. VI - Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa. Demonstras a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser contadas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. De bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de perdas prováveis quanto a sua realização, como a existência dos diversos fatores que impossibilitam a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor de mercado, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso são apresentados na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de que estavam classificadas. As negociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação quando novos fatos relevantes justizarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a renegociação da operação para categoria de menor risco. A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa - PDD é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco máximo) e, também fundamentada na análise quanto ao risco de não realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. Além disso,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ocorrida desde o início do ano. Neste cenário, o Banco Central (BC) manteve a Selic em 14,25%, cauteloso, dado o balanço de riscos para inflação, que considera ainda elevado o grau de incertezas tanto para o cenário doméstico quanto para o externo.

2. ATIVOS, PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os ativos da Safra Leasing totalizaram R\$ 19,6 bilhões em 30 de junho de 2016, representados basicamente por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R\$ 1,3 bilhão ao final de junho de 2016. O funding das operações era composto por debêntures simples, não convertíveis, no montante de R\$ 17,4 bilhões em 30 de junho de 2016, com vencimento até 2037. O Patrimônio Líquido da Safra Leasing atingiu R\$ 569 milhões em 30 de junho de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
		Notas	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE			689.801	443.527
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9		7.398	11.845
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6		129	63
Outras obrigações		682.274	431.619	
Fiscais e previdenciárias	3 (I) e 11(d)	4.079	11.611	
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	666.258	412.217	
Diversas		11.937	7.791	

NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		18.363.600	17.797.212	
Recursos de aceites e emissão de títulos - Obrigações por emissão de debêntures	3(k) e 9	17.421.685	17.037.058	
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	6.706	14.058	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	2.389	184	
Outras obrigações		932.820	745.912	
Fiscais e previdenciárias	3 (I) e 11(d)	213.000	184.305	
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	702.952	549.860	
Diversas	10(c-1)	16.868	11.747	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	569.063	507.981	
Capital social		384.205	384.205	
Reservas de lucros		184.858	123.776	
TOTAL DO PASSIVO		19.622.464	18.748.720	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

(em milhares de reais)					
	2016	2015			
Receitas	1.544.574	1.392.426			
Intermediação financeira	1.576.451	1.387.478			
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	1.519	4.087			
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(34.303)	(1.882)			
Outras receitas operacionais	907	2.743			
Despesas	(1.480.236)	(1.312.885)			
Intermediação financeira	(1.474.883)	(1.308.912)			
Outras despesas operacionais	(5.353)	(3.973)			
Despesas de insumos adquiridos	(5.555)	(7.666)			
Valor adicionado bruto	58.783	71.675			
Retenções - Depreciações e amortizações	(7)	(3)			
Valor adicionado líquido produzido	58.776	71.872			
Valor adicionado líquido a distribuir	58.776	71.872			
Distribuição do valor adicionado	58.776	71.872			
Pessoal	2.669	3.268			
Remuneração	2.012	2.375			
Outros	657	893			
Impostos, Taxas e Contribuições	26.082	21.650			
Federais	22.305	21.198			
Estaduais	-	34			
Municipais	3.777	418			
Remuneração de capital de terceiros - Aluguéis	246	222			
Remuneração de capital próprio - Lucro retido do período	29.779	46.732			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(em milhares de reais)

salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A Safra Leasing não possui benefícios de longo prazo a rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. Adicionalmente, a Safra Leasing não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave empregados. II. Benefícios rescisórios. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. A Safra Leasing disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros. A Safra Leasing reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração consolidada do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Leasing reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **m) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda		15,00%	
Adicional de Imposto de Renda		10,00%	
Contribuição Social ⁽¹⁾		15,00% - 20,00%	
PIS		0,65%	
COFINS		4,00%	
ISS		até 5,00%	

⁽¹⁾ A Lei nº 13.169, de 06.10.2015, alterou temporariamente a alíquota de Contribuição Social aplicável às instituições financeiras e assemelhadas, de 15% para 20% no período compreendido entre 01.09.2015 a 31.12.2018. A partir de 01.01.2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%. Como resultado da majoração temporária da alíquota de contribuição social, os impostos correntes foram calculados às alíquotas de 15% até 31.08.2015 e 20% a partir de setembro de 2015. A Safra Leasing não reconheceu o efeito do aumento de 5% da alíquota sobre a constituição de seu crédito tributário - Nota 11 (b-1), dada a conjuntura macroeconômica atual, que trouxe incertezas quanto à expectativa de operação de base fiscal a composição do período de vigência da referida majoração. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD Mínima Requerida), e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **n) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de cartões ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) créditos tributários e (v) provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		30.06.2016	30.06.2015	
Disponibilidades		3.913	4.233	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.947.060	8.921.851	
Operações compromissadas – Títulos Públicos – Nota 6(a)		424.104	321.665	
Total		3.375.077	9.247.749	
5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ				
Representado substancialmente por operações com vencimento até 365 dias referentes à Aplicações no mercado aberto – Aplicações em depósitos interfinanceiros – Nota 13(c) no valor de R\$ 12.024.245 (R\$ 10.392.578 em 30.06.2015).				

			30.06.2016				30.06.2015	
	Custo Contábil	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Mercado
	4.025.163	-	4.025.163	-	-	-	-	4.013.660
	899.484	-	899.484	-	-	-	899.484	2.035.226
	899.484	-	899.484	-	-	-	899.484	1.914.604
	-	-	-	-	-	-	-	120.622
	-	-	-	-	-	-	-	6.104
	3.464	1.115	4.579	939	2.209	1.431	1.431	6.104
	-	(312)	(312)	-	-	-	-	(312)
	Total do Ativo em 30.06.2016	803	4.928.914	4.025.163	939			

Safra Leasing SA - Arrendamento Mercantil

Av. Paulista, 78 - Poá - SP

CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(em milhares de reais)

b) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão:

Níveis de risco	30.06.2016										30.06.2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	Total
Finame Arrendamento	11.814	1.190	572	151	-	-	-	-	427	14.154	25.892	25.892
Arrendamento Mercantil	840.814	280.666	39.633	30.742	12.499	2.591	23.659	2.709	30.719	1.264.032	1.183.056	1.183.056
Total da carteira em 30.06.2016	852.628	281.856	40.205	30.893	12.499	2.591	23.659	2.709	31.146	1.278.186	1.208.948	1.208.948
Provisão em 30.06.2016	(4.178)	(2.790)	(1.202)	(3.088)	(3.748)	(1.295)	(16.559)	(2.708)	(31.146)	(66.714)	(22.345)	(22.345)
Total da carteira em 30.06.2015	848.450	279.066	39.003	27.805	8.751	1.296	7.100	0	0	1.211.472	1.186.603	1.186.603
Provisão em 30.06.2015	-(1.969)	-(1.239)	-(1.265)	-(276)	-(316)	-(397)	-(179)	-(16.704)	-(22.345)	-(66.714)	-(22.345)	-(22.345)

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2016	30.06.2015
Saldo no início do período	(36.477)	(15.681)
Constituição de provisão	(43.231)	(8.863)
Mínima Requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(40.195)	(8.601)
Adicional	(3.036)	(262)
Baixas a prejuízo	(2.994)	(2.199)
Saldo no final do período	(66.714)	(22.345)
Provisão mínima requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(66.714)	(22.345)
Provisão adicional	(16.100)	(3.182)

d) Operações renegociadas e recuperação de arrendamento mercantil - As operações renegociadas totalizam R\$ 490 (R\$ 4.576 em 30.06.2015), cuja provisão monta R\$ (490) (R\$ (4.237 em 30.06.2015)). As recuperações de arrendamento mercantil no período foram de R\$ 8.928 (R\$ 6.981 em 2015).

e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações:

	30.06.2016	30.06.2015
CURSO ANORMAL (1)	61.456	20.040
Operações Vencidas:		
De 15 a 30 dias	16.881	6.320
De 31 a 60 dias	17.692	4.966
De 61 a 90 dias	10.879	680
De 91 a 180 dias	10.071	4.586
De 181 a 365 dias	5.933	3.488
CURSO NORMAL (2)	1.216.730	1.188.908
Parcelas Vencidas - Vencidas até 14 dias	2.228	1.639
Parcelas Vencidas:		
De 01 a 30 dias	60.635	43.515
De 31 a 60 dias	52.126	42.014
De 61 a 90 dias	51.523	42.269
De 91 a 180 dias	154.019	126.786
De 181 a 365 dias	266.809	241.037
Acima de 365 dias	629.390	691.648
TOTAL	1.278.186	1.208.948

(1) Curso Anormal - Operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias. (2) Curso Normal - Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias. O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas ("Non Accrual"), montam em R\$ 26.883 (R\$ 8.754 em 30.06.2015).

f) Distribuição da carteira por ramo de atividade:

	30.06.2016	30.06.2015
Sector Privado:		
Rural	3.888	3.476
Indústria	98.746	126.036
Comércio	142.597	158.331
Outros Serviços	579.536	563.460
Pessoas Físicas	381.203	274.121
Habituação	72.216	83.524
Total	1.278.186	1.208.948

g) OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	30.06.2016	30.06.2015
Créditos tributários - Nota 11(b-l)	40.839	20.468
Devedores por depósito em garantia de contingências	24.435	19.112
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais	15.714	13.726
Cíveis e trabalhistas - Nota 10(c-l)	8.721	5.386
Impostos a compensar	17.658	14.924
Outros	732	1.142
Total	83.664	55.646

h) CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30.06.2016	30.06.2015
Até 90 dias	-	-
De 91 a 365 dias	17.421.685	17.421.685
Acima de 365 dias	17.421.685	17.421.685
Total	34.843.370	34.843.370
Repasse no país - FINAME	2.274	5.124
Repasse no exterior	2.274	5.124
Total em 30.06.2016	34.843.370	34.843.370
Total em 30.06.2015	34.843.370	34.843.370

(a) Recursos de aceites e emissões de títulos:

Emissão		Vencimento		Quantidade		Saldo contábil		Indexador	
				30.06.2016	30.06.2015				
2005	2035	4.878	16.250.779	13.874.176	100%	do CDI			
2007	2036	113	301.431	241.168	100%	do CDI			
2007	2037	131	331.539	1.664.086	102%	do CDI			
2007	2037	218	537.936	1.257.628	102%	do CDI			
Total (1)	5.340	17.421.685	17.037.058						

(1) Em 30.06.2016, do montante total emitido, R\$ 11.904.544 (R\$ 8.644.437 em 30.06.2015) encontra-se em carteira.

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente. b) **Passivos Contingentes** - São quantificados conforme segue: I - **Ações Cíveis**. As ações cíveis são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como massificadas, quando relacionadas a causas semelhantes e de valor não relevante, ou como especiais, quando há alguma peculiaridade na ação recepcionada, seja decorrente da relevância do valor envolvido ou, ainda, de matéria com importância institucional ou diversa das ações recepcionadas ordinariamente. A provisão constituída sobre as ações massificadas é calculada mensalmente com base no custo médio histórico de pagamentos das ações encerradas nos últimos 12 meses, considerando também a média dos honorários pagos no mesmo período e causas encerradas por êxito. Este custo médio é atualizado trimestralmente, e multiplicado pela quantidade de ações em aberto na carteira no último dia útil do mês. As ações

especiais são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e/ou na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável. II - **Ações Trabalhistas**. Buscam o pagamento de pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, em especial horas extras. As ações trabalhistas são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como avaliadas tecnicamente. As ações são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável, rejeitada por uma regressão não linear entre a avaliação técnica e os pagamentos efetuados historicamente dos últimos dois anos. Esta regressão é recalculada semestralmente. As ações com mais de 4 anos e que não possuem depósito judicial ou títulos públicos atrelados são provisionadas em 100% e atualizadas monetariamente. A provisão decorrente de avaliação técnica é reajustada pelos valores de depósitos judiciais. Provisiona-se o valor integral dos depósitos em espécie e 85% do valor dos depósitos em títulos públicos e a partir de Abril/2016, se houver depósito de título dado em garantia com excedente de 30%, será provisionado 65% do valor total dos depósitos. III - **Ações Fiscais e Previdenciárias**. Representadas, principalmente, por processos administrativos e judiciais relacionados a tributos municipais e federais. Quantificadas individualmente quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base no valor de autuação e atualizados mensalmente. A provisão é constituída pelo valor integral para os processos classificados como risco de perda provável. c) **As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas:** I. Cíveis e trabalhistas.

	01.01 a 30.06.2016		01.01 a 30.06.2015	
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo no início do período	11.424	1.135	12.559	10.476
Atualização / Encargos (1)	494	-	494	350
Movimentação do período Refletida no Resultado (2)	5.013	176	5.189	2.111
Constituição / (Reversão)	5.148	176	5.324	2.237
Reversão por êxito	(138)	(135)	(273)	(125)
Pagamento	(1.259)	(115)	(1.374)	(1.190)
Saldo no final do período em 30.06.2016 (3)	15.672	1.196	16.868	11.747
Depósitos em Garantia de Recursos em 30.06.2016 (4)	7.636	1.085	8.721	5.386
(1) Registrado em "Outras despesas financeiras". (2) Cíveis registradas em "Outras despesas operacionais". (3) Registrado em "Outras despesas operacionais". (4) Registrado em "Outros créditos diversos" - Nota 8. Em 30.06.2016, o valor dos passivos contingentes classificados como perda provável relativa a ações cíveis, não reconhecido, é de R\$ 2.812 (R\$ 342 em 30.06.2015). Não há passivos contingentes trabalhistas classificados como perda provável. II. Obrigações Fiscais e Previdenciárias				

	01.01 a 30.06.2016		01.01 a 30.06.2015	
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo no início do período	11.424	1.135	12.559	10.476
Atualização / Encargos (1)	494	-	494	350
Movimentação do período Refletida no Resultado (2)	5.013	176	5.189	2.111
Constituição / (Reversão)	5.148	176	5.324	2.237
Reversão por êxito	(138)	(135)	(273)	(125)
Pagamento	(1.259)	(115)	(1.374)	(1.190)
Saldo no final do período em 30.06.2016 - Nota 11(d)	15.672	1.196	16.868	11.747
(1) Registrado em "Outras despesas financeiras". (2) Em 2016, registrado em "Outras receitas operacionais". Em 2015 em "Outras despesas operacionais". (3) Em 2016, representada substancialmente pela reversão da contingência de IPVA. As principais ações Fiscais e Previdenciárias são IPVA Leasing e ISS.				

11) TRIBUTOS

a) **Composição das Despesas com Impostos e Contribuições**

	2016	2015
I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	46.989	63.266
Resultados antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(21.145)	(25.306)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes - Nota 3(i)	3.935	8.772
(Inclusões) Excluídas Permanentes	(585)	3.024
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	4.520	5.748
Crédito tributário de períodos anteriores e outros	(17.210)	(16.534)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	17.210	(16.534)

II. **Composição das despesas tributárias**. Estão compostas substancialmente por PIS/COFINS no montante de R\$ (4.661) (R\$ (4.155) em 2015) e ISS no montante de R\$ (3.726) (R\$ (392) em 2015).

b) Tributos Diferidos - I. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01.01.2016	Constituição (Reversão)	Saldo em 30.06.2016	Saldo em 30.06.2015
Provisões para contingências	11.570	4.117	15.687	11.307
Cíveis	4.731	1.700	6.431	4.270
Trabalhistas	453	25	478	428
Fiscais	6.386	2.392	8.778	6.609
PDD e provisão de bens não de uso	11.020	14.132	25.152	8.608
Outros	-	-	-	553
Total dos créditos tributários em 30.06.2016 - Nota 11(c)	22.590	18.249	40.839	20.468
Total dos créditos tributários em 30.06.2015	10.565	9.903	20.468	-

(1) Registrado em "Outros créditos diversos" - Nota 8. Em 30.06.2016, o saldo de créditos tributários sobre diferenças temporárias, não reconhecidos à alíquota de 40%, montam a importância de R\$ 6.440 (R\$ 3.574 em 30.06.2015), e decorrem da constituição de PDD Adicional. O efeito da majoração temporária de 5% da alíquota de contribuição social sobre o crédito tributário - Nota 3(m), se reconhecido, montaria em R\$ 4.667. II. **Obrigações fiscais diferidas.**

	30.06.2016	30.06.2015
Superveniência de depreciação, líquido do crédito tributário oriundo do prejuízo fiscal ocasionado pela exclusão da receita de superveniência de depreciação	187.354	154.046
Atualização de depósitos judiciais	2.544	2.042
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1.074	3.347
Total - Nota 11(d)	190.972	159.435

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência.

Exercício de realização	Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos
		2016	2015	
2016	12.852	(30.679)	(17.827)	
2017	14.229	(50.807)	(36.578)	
2018	554	(12.118)	(11.564)	
2019	359	2.806	3.165	
2020	254	(2.563)	(2.309)	
2021 a 2025	12.591	(97.611)	(85.020)	
Total	40.839	(190.972)	(150.133)	
Valor Presente (1)	34.626	(150.530)	(115.244)	

(1) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. O estudo técnico de realização dos Créditos Tributários, elaborado nos termos do art. 6º da Resolução CMN nº 3.059/2002, é reavaliado semestralmente.

d) As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim demonstradas:

	30.06.2016	30.06.2015
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	2.616	10.487
Impostos e contribuições a recolher	1.463	1.124
Provisões para impostos e contribuições diferidos - Nota 11(b-l)	190.972	159.435
Contingências fiscais e previdenciárias e obrigações legais - Nota 10(c-l)	22.028	24.870
Total (1)	217.079	195.916

(1) Registradas em "Outras obrigações".

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Ações** - O capital social da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, está representado por 143.790.014 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente às ações.

c) Reservas de lucros

	30.06.2016	30.06.2015
Reservas de lucros	184.858	123.776
Legal	76.841	76.841
Especial (1)	108.017	46.935

(1) Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

13 - OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) **Remuneração da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29.04.2016, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para os membros da Administração da Companhia no montante de R\$ 1.800 (R\$ 2.200 em 30.06.2015), vigente até a data-base, tendo sido pago no período o montante de R\$ 709 (R\$ 438 em 2015). A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. b) **Participação acionária integral do Banco Safra S.A.** - c) **Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução CMN nº 3.750/2009. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30.06.2016	30.06.2015	2016	2015
Disponibilidades - Nota 4 (1)	3.913	4.233	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Nota 5	11.747.978	10.013.913	768.328	696.164
Banco J. Safra S.A.	8.800.918	7.979.902	247.238	582.667
Banco Safra S.A.	2.947.060	2.034.011	521.090	113.497
Títulos e Valores Mobiliários - Certificado de depósito bancário (1)	-	-	-	43
Valores a pagar (1)	-	(7)	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos - Debêntures - Nota 9	(17.412.685)	(17.037.058)	(1.113.527)	(1.079.086)
Banco Safra S.A.	(17.413.237)	(16.998.492)	(1.112.166)	(1.076.708)
Escola Beit Yaacov	-	(32.174)	(803)	(1.847)
J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	-	(5.393)	(62)	(307)
Demais empresas	(8.448)	(999)	(496)	(224)
Instrumentos financeiros derivativos - Swap - Nota 6(a) (1)	2.061	5.857	(8.549)	1.284
Despesas de aluguel - Acauá Construtora Ltda.	-	-	(183)	(165)

(1) Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). Adicionalmente, a companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 6(a).

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Gestão de riscos** - A Safra Leasing mantém através de seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de normas e procedimentos para assegurar o cumprimento das determinações legais, regulamentares, das melhores práticas de mercado e de suas políticas internas. O Banco concentra na Diretoria Executiva de Riscos Corporativos as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional e na Diretoria de Análise de Crédito a gestão do risco de crédito, formando a base necessária para atendimento da regulamentação vigente. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) estão disponíveis as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos de crédito, mercado e operacional. O relatório de gestão de risco será disponibilizado nesse endereço no prazo estabelecido pela Circular BACEN nº 3.678/2013. b) **Comitê de auditoria** - Conforme previsto na Resolução CMN nº. 3.198/2004, o resumo do Relatório do Comitê de